

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

PROCESSO Nº 10480.006797/91-59
RECURSO Nº 04.353
MATÉRIA PIS/DEDUÇÃO - EX.: 1.987
RECORRENTE GIBEL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE BELEZA LTDA.
RECORRIDA DRF em RECIFE - PE
SESSÃO DE 15 de abril de 1.997
ACÓRDÃO Nº 105-11.298

PIS/DEDUÇÃO - DECORRÊNCIA - NULIDADES.

Tratando-se de lançamento reflexivo, a decisão proferida no processo matriz é aplicável, no que couber, ao processo decorrente, em razão da íntima relação de causa e efeito que os vincula.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de GIBEL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE BELEZA LTDA.

ACORDAM os Membros da Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, declarar nula a decisão de primeiro grau, a fim de que seja proferida outra na boa e devida forma, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Declarou-se impedido o Conselheiro Ivo de Lima Barboza.


VERINALDO HENRIQUE DA SILVA - PRESIDENTE

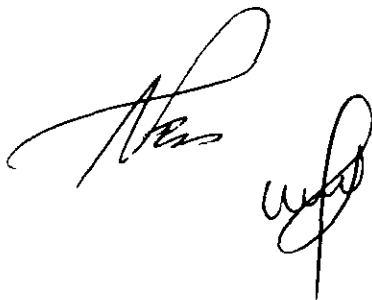

NILTON PÊSS - RELATOR

FORMALIZADO EM: 19 MAI 1997

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº 10480.006797/91-59
ACÓRDÃO Nº 105-11.298

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: Jorge Ponsoni Anoroza, José Carlos Passuello, Victor Wolszczak, Charles Pereira Nunes e Afonso Celso Mattos Lourenço.

Two handwritten signatures in black ink. The first signature is on the left, featuring a large, stylized initial 'A' followed by several loops. The second signature is on the right, also stylized with loops and a long vertical stroke at the end.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

PROCESSO Nº 10480.006797/91-59
ACÓRDÃO Nº 105-11.298

RECURSO Nº 04.353

RECORRENTE GIBEL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE BELEZA LTDA.

RELATÓRIO.

A recorrente acima identificada, inconformada com a decisão de primeiro grau proferida pela Delegacia da Receita Federal em Recife - PE, apresenta recurso voluntário a este colegiado, referente ao PIS / Dedução - ex. 1987.

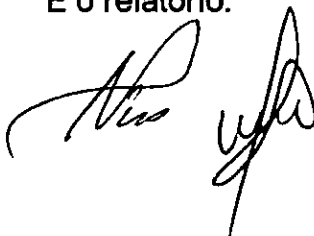
Trata-se de lançamento decorrente, contra o mesmo contribuinte na área do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, na qual foram apuradas irregularidades, lançadas de ofício, constantes no processo administrativo fiscal nº 10480.006800/91-61 (recurso 109.570).

A recorrente impugna a exigência fiscal, nos mesmos moldes do processo principal.

A autoridade de primeiro grau, julgando, considera a ação fiscal procedente em parte.

O recurso voluntário reafirma os argumentos da impugnação.

É o relatório.

A handwritten signature in black ink, consisting of stylized cursive letters, likely representing the official of the First Council of Taxpayers.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

PROCESSO Nº 10480.006797/91-59
ACÓRDÃO Nº 105-11.298

VOTO.

CONSELHEIRO NILTON PÊSS, - RELATOR.

O recurso é tempestivo, e por preencher os requisitos de admissibilidade, dele tomo conhecimento.

Como visto no relatório, o presente procedimento decorre do que foi instaurado contra a recorrente para cobrança do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, também objeto de recurso, nesta Câmara.

A decisão do processo principal, nesta mesma sessão, por unanimidade de votos, foi no sentido de anular a decisão de primeira instância, devendo outra ser proferida, na boa e devida forma, nos termos do relatório e voto então apreciados, conforme Acórdão nº 105-11.297.

A jurisprudência deste Conselho é no sentido de que a sorte colhida pelo principal comunica-se ao decorrente, a menos que novos fatos ou argumentos sejam aduzidos, o que não ocorreu no presente caso.

Diante do exposto, e no mais que o processo trata, e ainda, pelas razões consignadas nos autos do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, que considero aqui transcritas para todos os fins de direito, voto no mesmo sentido, para ajustar ao decidido no processo principal.

É o meu voto.

Sala das Sessões - DF, em 15 de abril de 1.997.


NILTON PÊSS - RELATOR.

